Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí- Segunda, 30 de março de 2015

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O Dia

Risco de derrota

30/03/2015

Muitas vezes perder com honra ou reduzir os riscos da derrota são escolhas determinantes para o rumo das pessoas – e mais ainda dos políticos. Tome-se o exemplo da presidente Dilma Roussef. Ela perdeu feio na disputa em que se meteu na Câmara dos Deputados. No Senado poderia optar por uma derrota com honra, para o peemedebista Luís Henrique da Silveira (SC), mas preferiu colher uma vitória de pirro com Renan Calheiros. O resultado é que derrotada por um conservador enrolado e estando ao lado de um vitorioso também encalacrado, a presidente é agora refém de um PMDB que não mede distância para obter mais e mais poder. As lições de uma disputa estão bem à vista aqui também no Piauí, onde dois sucessivos reveses deram fôlego aos deputados estaduais para impor a Wellington Dias os seus desejos por mais espaços administrativos e verbas. Se em mais uma escolha dos deputados – a do conselheiro do TCE – Wellington fizer as escolhas erradas, corre o risco de virar uma versão piauiense de sua correligionária presidente da República.

Sem marcação

No edital para escolha do novo conselheiro do TCE, divulgado na quinta-feira, chama atenção o item que diz que na cédula de votação o x no quadrado com o nome do candidato não poderá ultrapassar a margem. Qualquer sinalização poderá anular o voto.

Preciosismo, puro preciosismo. Ou falta de inventar coisa produtiva?

meionorte

DA REDAÇÃO

OPINIÃO

e continue como suplente de deputado.

ALERTA

● O Ministério Público Estadual encaminhou, na última sexta-feira, dia 27, um ofício para a Assembleia Legislativa alertando para o não cumprimento das recomendações feitas no ano passado, sobre o edital para escolha do novo Conselheiro do TCE.

IRREGULARIDADES

● Entre as recomendações que não foram cumpridas pela Assembleia, está o prazo de 30 dias para inscrição, (No edital lançado pela Assembleia o prazo foi de 20 dias); exigência de documentação comprobatória da idoneidade moral, reputação ilibada, notório saber jurídico, contábil e econômico e dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija aqueles conhecimentos.

DIARIO
do Povo do Piauí

Estado enterra R$ 83 milhões em três obras paralisadas

As chuvas que caem em Teresina estão arrastando para o ralo cifras milionárias aplicadas pelo Estado em três obras que estão paralisadas desde o ano passado - o Rodoanel e a duplicação das BRs 343 e 316, nas saídas da capital. Abandonadas por problemas judiciais ou falta de dinheiro, elas estão se deteriorando ante à ação das chuvas. Quando forem retomadas, boa parte dos serviços já realizados terá de ser feita novamente. Nas BRs 343, em direção ao litoral, e 316, que liga Teresina ao sul e sudeste do Piauí, a parte de aterramento e terraplanagem foi destruída. No Rodoanel, tirando a parte asfaltada e a estrutura da ponte sobre o rio Poti, tudo o mais está se perdendo ante à ação do tempo. Nas três obras, já foram gastos mais de R$ 83 milhões. ● PÁGINA 6

Wagner Santos

AS OBRAS do Rodoanel, que estão paradas desde maio do ano passado, foram projetadas para unir a BRs 316 com a 343, em Teresina

Estado enterra R$ 83 milhões em três obras paralisadas

Terraplanagem feita nas obras do Rodoanel e da duplicação das BRs 343 e 316 está se deteriorando com o tempo

MUSSOLINE GUEDES
EDITOR-EXECUTIVO

As chuvas que caem em Teresina, embora irregulares, estão arrastando para o ralo cifras milionárias aplicadas pelo Estado em três obras que estão paralisadas desde o ano passado - o Rodoanel e a duplicação das BRs 343 e 316, nas saídas norte e sul da capital. Abandonadas por problemas judiciais ou falta de dinheiro, elas estão se deteriorando ante à ação das chuvas. Quando forem retomadas, boa parte dos serviços já realizados vai ter de ser feita novamente.

Nas BRs 343, em direção ao litoral, e 316, que liga Teresina ao sul e sudeste do Piauí, a parte de aterramento e terraplanagem foi praticamente toda destruída. A duplicação foi iniciada em agosto de 2013 e paralisada em abril do ano passado, quando o Estado deixou de receber repasses de convênios e financiamentos de órgãos federais por conta da inadimplência junto ao Cauc (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias).

O cenário desolador que se vê hoje nos 8 ou 9 quilômetros que as obras contemplam reflete a ineficiência, a falta de planejamento e o descaso do poder público inclusive com as leis que regem a administração pública. No caso do Rodoanel, por exemplo, todo o problema que resultou na suspensão da obra, há quase um ano, poderia ter sido evitado se o governo tivesse seguido a lei no tocante às questões ambientais.

De acordo com dados do Simo (Sistema de Monitoramento de Obras) da Secretaria Estadual de Planejamento, os governos Wilson Martins (PSB) e Zé Filho (PMDB) gastaram R$ 8,200 milhões nas obras da BRs 343 e 316 - R$ 3,200 milhões na primeira e R$ 5 milhões na segunda. As duas obras estão orçadas em R$ 110 milhões. No Rodoanel, o estrago se multiplica quase por dez - dos R$ 97,186 milhões previstos para serem aplicados na obra, já foram gastos R$ 74.949.197, 40, segundo dados da Secretaria Estadual de Transportes.

O dinheiro é oriundo do Tesouro Estadual, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste. É dinheiro suficiente para construir quatro pontes como a terceira pista da ponte Juscelino Kubitschek, na avenida Frei Serafim/João XXIII, outra obra ainda sem utilidade deixada pelo governo passado. Ou quatro HUTs (Hospital de Urgência de Teresina). O pior é que boa parte do que foi feito, tanto no Rodoanel quanto nas BRs, já se perdeu ou está se perdendo em decorrência das chuvas.

Setrans admite mais gastos no Rodoanel

A obra do Rodoanel está paralisada desde maio de 2014. Dos 28,257 quilômetros de extensão previstos no projeto, em 24 quilômetros foi feita a terraplanagem, com um trecho de 8 quilômetros asfaltado. Inclui uma ponte com 355 metros de extensão sobre o rio Poti, que está com as fundações e os pilares e blocos concluídos, faltando a concretagem do tabuleiro (pista de rodagem) e dos guarda-corpos. É correto dizer que o trecho asfaltado e a estrutura da ponte resistem à ação do tempo e das chuvas, mas toda a parte de terraplanagem está comprometida. "A parte que não tem pavimentação asfáltica, sem dúvida que sofre erosão com a intensidade das chuvas. Essa parte vai ter de ser refeita, e com mais gastos, infelizmente", diz o secretário estadual de Transportes, Guilhermano Pires Ferreira. A Setrans informou que não tem ideia de quanto ainda precisará para retomar as obras do Rodoanel. Os valores estão em estudos. **(MG)**

Desrespeito à lei ambiental suspendeu obra

Idealizado para ligar as BRs 343 e 316 e retirar o tráfego de caminhões e carretas da zona urbana de Teresina, o Rodoanel teve suas obras iniciadas em maio de 2012, com previsão inicial de conclusão para o final de 2013; depois, primeiro trimestre de 2014. Foi suspensa em maio de 2014 por decisão da 3ª Vara da Justiça Federal no Piauí, que acolheu ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

O MPF acusou a falta do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da obra e a invasão a uma área do assentamento Santana Nossa Esperança, administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A invasão, segundo o MPF, ocorreu sem autorização do órgão. Na decisão, a Justiça Federal sugere que o Estado tinha ciência do fato de que a obra envolvia área de assentamento e que não era passível de desapropriação pelo governo estadual.

Mesmo assim , "a Secretaria Estadual de Transportes deu continuidade à obra não requerendo autorização ao Incra para que a obra pudesse ser materializada, gerando os prejuízos sociais às famílias ali assentadas e afastando-se do ordenamento jurídico vigente no que respeita ao tema da desapropriação", conforme diz a sentença. A Justiça deu, então, 120 dias para a apresentação do estudo de impacto ambiental e aprovação do Incra para a obra passar na área do assentamento.

Quase um ano depois, a Procuradoria Geral do Estado ainda se debate sobre a questão - está na mesa do desembargador Kassio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, um agravo de instrumento do Governo do Piauí pedindo a revogação da decisão judicial que suspendeu a obra. O secretário Guilhermano Pires, dos Transportes, acredita que a decisão sairá logo. Kássio Nunes Marques é piauiense, foi juiz eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral entre 2010 e 2012. **(MG)**

■ CRISE

Governo herdou dívidas de R$ 500 milhões

O governador Wellington Dias herdou uma dívida de R$ 500 milhões da gestão anterior. A declaração é do deputado estadual Fábio Novo (PT) durante visita a diversos municípios do Sul do Piauí neste final de semana. O petista frisou que o Piauí terá um ano difícil em virtude da crise econômica e do rombo nas contas públicas.

"O ano de 2015 será um ano difícil para o Piauí. O governador Wellington Dias herdou uma dívida de aproximadamente R$ 500 milhões, sendo R$ 200 milhões na saúde, R$ 100 milhões na educação e mais de R$ 200 milhões em obras paradas. A maioria desse dinheiro é de empréstimos que o Piauí ainda não recebeu. Então, a prioridade do nosso Governo é tocar as coisas que já estavam programadas ou em andamento", afirma Novo.

O parlamentar cita o exemplo dos municípios de Porto Alegre do Piauí e Bertolínia. A 486 km de Teresina, em Porto Alegre do Piauí, a estação de piscicultura Dourival Guimarães foi desativada; o Núcleo da Universidade não está funcionando, mesmo com laboratório de informática completo e com toda a infraestrutura; e uma obra na escola estadual Deputado Mussa Demes não foi finalizada.

Já em Bertolínia, que fica a 386 km da capital, há outras três obras que foram abandonadas pela gestão anterior do Governo do Estado: 50 casas do programa Minha Casa, Minha Vida; um estádio de futebol; e a reforma do hospital.

O parlamentar explica que o governador Wellington Dias está trabalhando para regularizar as contas e se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Fábio percorreu as cidades de Floriano, Canavieira, Bertolínia, Porto Alegre do Piauí, Marcos Parente, Manoel Emídio, Elizeu Martins e Canto do Buriti.

Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí- Sábado, 28 de março de 2015

meionorte.com

meionorte

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Diploma zero

Os deputados estão prestes a mandar para lá os Sem-Curso, aliás, os que têm todos os cursos, menos para desempenhar o oficio próprio de um conselheiro.

E já existe até a desculpa de uma jurisprudência firmada pelo ex-peemedebista Nelson Jobim, que quando era ministro do Supremo merecia a alcunha jocosa de líder de FCH no STF.

Pegou mal

O Tribunal de Contas do Estado determinou a anulação de concurso realizado em 2010 pela Prefeitura de Picos. Por apego a normais formais, mandaram-se para o olho da rua mais de 700 servidores, simplesmente porque a prefeitura não cumpriu prazos para informar a homologação do concurso ao TCE.

Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí- Domingo, 29 de março de 2015

meionorte.com

meionorte

AVALIAÇÃO

● Os deputados Antônio Félix e Firmino Paulo foram escolhidos para compor a comissão que fará a análise dos currículos dos candidatos à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) aberta com a aposentadoria do conselheiro Anfrísio Lobão Castelo Branco Neto. As outras duas vagas serão de procuradores do Poder Legislativo, mas ainda não foram definidos os nomes.

INSCRIÇÕES

● As inscrições estão abertas desde a última sexta-feira, dia 27, e continuam até dia 15. Pode ser candidato quem preencher os requisitos contidos no edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo e no Diário Oficial do Estado. A comissão vai deferir ou indeferir as inscrições até o dia 20 de abril. Quem for indeferido poderá recorrer no prazo de três dias e a Mesa Diretora terá dois dias para publicar o ato final.

DIARIO
do Povo do Piauí

■ RECOMENDAÇÃO

Promotor diz que vícios no edital podem anular eleição para o TCE

Fernando Santos apontou três de vícios no edital publicado pela Assembleia para eleição da vaga no TCE.

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

Foto: Divulgação

PROMOTOR Fernando Santos disse que se recomendações não forem acatadas o caso pode ir à Justiça

O promotor de Justiça, Fernando Santos, informou que analisou e existem vícios no edital para eleição do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Ele explica que se as alterações no edital não forem realizadas a eleição poderá ser anulada. Fernando Santos disse que na segunda-feira (30) encaminha um ofício à mesa diretora da Assembleia Legislativa contestando alguns pontos do edital publicado no dia 25.

Com o recebimento do ofício, segundo o promotor, a Assembleia passa a ter cinco dias para responder e fazer as alterações necessárias no edital, sob pena do pedido de nulidade do edital.

O edital é assinado pelo presidente da Assembleia, deputado Themístocles Filho, pelo deputado Fernando Monteiro, como primeiro secretário; e pelo segundo secretário da Casa, deputado Wilson Brandão.

As inscrições dos candidatos devem ser feitas de 27 de março a 15 de abril, observando os requisitos básicos que são: ser brasileiro, ter mais de 35 e menos de 65 anos, ter idoneidade moral e reputação ilibada, possuir saber jurídico, contábil, econômico, financeiro ou de administração pública, possuir mais de 10 anos de exercício de função pública relevante.

O promotor Fernando Santos alegou que a Assembleia não considerou as recomendações feitas pelo MPE. Ele contestou alguns pontos, dentre eles, o prazo para inscrição dos candidatos, que, segundo o promotor, deveria ser de 30 dias e não de 15 dias, considerando apenas os dias úteis.

"O Ministério Público já deixou bem claro que deveria ser pelo menos 30 dias. Mas o prazo só chega à metade disso. Ou seja, 15 dias. A Assembleia também ignorou essa recomendação", reclamou Fernando Santos, dizendo ainda que não ficou claro o que seria notório saber jurídico, contábil e financeiro, e que precisa ser esclarecido. Além da necessidade de ter 10 anos de atividade profissional que comprovem estes conhecimentos.

Ele ainda comentou que o edital não cobra certidões do Tribunal de Justiça, do Tribunal Eleitoral e nem do próprio Tribunal de Contas para os candidatos. Para o promotor, isso representa vícios ou erros que podem comprometer a eleição na Assembleia.

O MPE já contestou a última eleição, realizada em 2012, quando a ex-deputada estadual Lilian Martins foi eleita para ocupar o cargo de conselheira do TCE-PI. O promotor tinha pedido a nulidade da eleição alegando vícios no processo e a ação ainda tramita na Justiça.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DIZ QUE NÃO É OBRIGADO A SEGUIR RECOMENDAÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho (PMDB), afirmou que o Legislativo não é obrigado a seguir as recomendações do Ministério Público, que pede alterações no edital da eleição de conselheiro do Tribunal de Contas. Ele disse que o Legislativo tem competência para elaborar o edital da forma que julgar mais conveniente. "O promotor e qualquer pessoa que se achar incomodado pode até recorrer à Justiça, mas a Assembleia não é obrigada a seguir as recomendações de ninguém. O edital foi feito dentro do modelo que vem sendo feito nos últimos dias", ressaltou Themístocles.

"Todos os conselheiros que estão trabalhando no TCE-PI neste momento foram eleitos pela Assembleia. Todas as eleições seguiram esse processo de edital. Por que eles não questionaram antes? Só agora está errado? Dessa forma fica difícil. Vamos esperar esse documento do Ministério Público", declarou o presidente.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Briga boa

Mauro Tapety e Kleber Eulálio devem bater chapa na busca de uma vaga no Tribunal de Contas do Estado. Os dois peemedebistas têm a seu favor uma bancada de seis deputados. Mas Kleber tem um mandato de prefeito que, interrompido, colocaria um petista, o padre Valmir, na Prefeitura de Picos.

Grande eleitor

Na escolha do novo conselheiro do TCE, contudo, é preciso lembrar que o mais importante eleitor é Themistocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa, que pode influenciar votos de parlamentares de vários partidos.

Mauto Tapety e Kléber Eulálio empatam na insistência

Publicado por: Francisco Magalhães30/03/2015 08h10

Mauro Tapety e Kléber Eulálio passaram o final de semana cabalando votos para a disputa por uma vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas do Piauí.

Foram vários-inúmeros-incontáveis visitas e telefonemas com pedidos insistentes, e bote insistência nisso.

E os dois PMDBistas pretende fazer mesmo durante toda a Semana Santa.

Alguns parlamentares estão desligando o telefone e mandado dizer que não em casa nem no sítio, foram viajar e não disseram para onde iam...

oolho
oolho.com.br

Política

Promotor aponta "vícios" no edital do TCE e MP-PI pode pedir anulação

Em entrevista ao O Olho, o promotor explica que se as alterações necessárias no edital não forem realizadas a eleição poderá ser anulada

Repórter: Lídia Brito
28/03/2015 09h39 - Atualizado em 29/03/2015 09h13

Facebook Twitter

O Ministério Público Estadual, por meio do promotor Fernando Santos, irá encaminhar nesta segunda-feira (30/03) um ofício à Assembleia Legislativa do Estado alertando sobre "vícios" no edital da eleição do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em entrevista ao O Olho, o promotor explica que se as alterações necessárias no edital não forem realizadas a eleição poderá ser anulada.

Foto: Assessoria Ministério Público

Segundo Fernando Santos, na elaboração do edital a Assembleia Legislativa não levou em consideração recomendações importantes feitas pelo Ministério Público. Ele elenca três pontos que segundo ele são fundamentais e representam graves vícios que colocam em xeque a eleição. "Em primeiro lugar podemos citar que não é pedida a certidão do TJ-PI, TRE-PI e o Tribunal de Contas do Estado", disse.

Outro ponto do edital que incomoda o Ministério Público do Estado é o prazo para a inscrição dos interessados na disputa. De acordo com o edital, o candidato tem 20 dias para se inscrever, mas se forem contados os dias úteis esse prazo se reduz para apenas 15 dias. "O Ministério Público já deixou bem claro que deveria ser pelo menos 30 dias. Mas o prazo só chega a metade disso, ou seja, 15 dias. A Assembleia também ignorou essa recomendação", declarou.

O Ministério Público Estadual pede ainda que o edital deixe mais claro o significado da expressão "notório saber jurídico e financeiro". Segundo Fernando Santos, não fica claro no edital a necessidade

do candidato ter 10 anos de serviço público prestado.

ANULAÇÃO

Após o envio do ofício para a Assembleia, Fernando Santos afirma que aquela Casa terá cinco dias para realizar as modificações recomendadas. Caso isso não ocorra, o Ministério Público poderá pedir a anulação do edital e consequentemente da eleição.

Na última eleição realizada em 2012 para o TCE-PI na vaga da Assembleia Legislativa, quando a Casa elegeu a deputada Lilian Martins (PSB) para o cargo, o Ministério Público Estadual também ingressou na Justiça contra o pleito e pediu a nulidade da eleição. De acordo com o promotor, o fato de Lilian ser esposa do então governador da época, Wilson Martins (PSB), influenciou no resultado do pleito e tornava a eleição nula.

Lilian tem se mantido no cargo por meio de liminares e passados três anos, a eleição ainda é contestada na Justiça.

FICHA-SUJA

Com a necessidade da certidão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ministério Público do Estado quer evitar que o político que tenha contas reprovadas pelo TCE-PI possa ser eleito para o cargo. "Como um cidadão que tevês as contas reprovadas vai poder julgar as contas do outros", declarou.

A reportagem do **O Olho** tentou entrar em contato com a Assembleia Legislativa, mas não teve retorno até a publicação dessa matéria.

Wellington controla seis votos na escolha de conselheiro do TCE

Publicado por: Claudio Barros29/03/2015 17h14 - Atualizado em 29/03/2015 18h20

A escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí será um jogo em que sete titulares estarão ausentes e isso vai dar força a Wellington Dias neste processo.

A razão é simples: existem sete deputados estaduais que estão na Assembleia porque os titulares se afastaram para assumir secretarias de estado e uma secretaria municipal em Teresina ou suplentes também se afastaram com o mesmo propósito.

A precarização do mandato faz do suplente em exercício um refém dessa condição. Ele toca segundo a música, ou melhor, vota segundo a regência de quem tem a caneta que nomeou o secretário que abriu vaga na Assembleia Legislativa.

Os suplentes que assumiram porque Wellington Dias chamou deputados e outros suplentes para assumir secretarias de Estado são Aluisio Martins (PT), Antonio Félix (PSD), Belê Medeiros (PSB), Cícero Magalhães (PT), Francis Lopes (PRP), Joel Rodrigues (PTB) e Ziza Carvalho (PROS).

Ziza deve ser afastar após o feriado da Páscoa, assumindo a Secretaria de Meio Ambiente e abrindo lugar para **João de Deus Sousa,** do PT.
Nesta conta, então, a disputa por votos na escolha do novo conselheiro do TCE tem que ser feita considerando o fato de seis suplentes dependerem da caneta de Wellington Dias para exercerem seus mandatos.

Outro suplente, Antônio Félix, lá está porque Firmino Filho convocou Luciano Nunes para seu secretariado na Prefeitura de Teresina.

Feitas as contas, na ponta do lápis, de 30 votos possíveis, somente 22 estão em disputa. Sim, porque se for mesmo candidato, o prefeito de Picos, Kleber Eulálio (PMDB), terá obviamente ao voto do filho, Severo Eulálio, deputado estadual estreante na Alepi.

"Assembleia não é obrigada a seguir as recomendações de ninguém", diz Themístocles

Segundo ele, o Legislativo possui a competência necessária para elaborar o edital da "forma que julgar mais conveniente"

Repórter: Lidia Brito
28/03/2015 11h43 - Atualizado em 28/03/2015 11h44

Facebook Twitter

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Themístocles Filho (PMDB), afirma que a Casa "não é obrigada" a seguir as recomendações do Ministério Público Estado (MP-PI), que pedem alterações no edital da eleição de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). Segundo ele, o Legislativo possui a competência necessária para elaborar o edital da "forma que julgar mais conveniente".

Foto: Thiago Amaral/O Olho

Themístocles afirma que a Assembleia só irá se manifestar oficialmente depois que receber a comunicação do Ministério. "O promotor e qualquer pessoa que se achar incomodado pode até recorrer à Justiça, mas a Assembleia não é obrigada a seguir as recomendações de ninguém. O edital foi feito dentro do modelo que vem sendo feito nos últimos dias", destacou.

O peemedebista contesta o fato dos últimos editais não terem sido questionados na Justiça. "Todos os conselheiros que estão trabalhando no TCE-PI neste momento foram eleitos pela Assembleia. Todas as eleições seguiram esse processo de edital. Por que eles não questionaram antes? Só agora está errado? Dessa forma fica difícil. Vamos esperar esse documento do Ministério Público", declarou.

De acordo com o promotor Fernando Santos, o Ministério Público Estadual irá encaminhar nesta segunda-feira (30/03) um ofício à Assembleia Legislativa do Estado alertando sobre "vícios" no edital da eleição do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em entrevista ao **O Olho**, o promotor explica que se as alterações necessárias no edital não forem realizadas a eleição poderá ser anulada.

A Assembleia terá cinco dias para realizar as modificações. Caso isso não ocorra, o Ministério Público poderá pedir a anulação do edital e consequentemente da eleição. Na última eleição realizada em 2012 para o TCE-PI na vaga da Assembleia Legislativa, quando a Casa elegeu a deputada Lilian Martins (PSB) para o cargo, o Ministério Público Estadual também ingressou na Justiça contra o pleito e pediu a nulidade da eleição.

De acordo com o promotor, o fato de Lilian ser esposa do então governador da época, Wilson Martins (PSB), influenciou no resultado do pleito e tornava a eleição nula. Lilian tem se mantido no cargo por meio de liminares e passados três anos, a eleição ainda é contestada na Justiça.

"Não sou o candidato do PMDB" diz Tapety sobre eleição do TCE

27/03/2015 • 17:00

Notícia

Por Amanda Dourado

Mesmo após polêmica envolvendo o fato de o PMBD, partido de ambos, ter dois candidatos à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), o prefeito de Picos Kleber Eulálio e o ex-deputado estadual Mauro Tapety confirmaram que vão se inscrever para disputa. As inscrições se iniciaram nesta sexta-feira (27).

Mauro Tapety disse que sua candidatura é certa e não tem nada a ver com o PMDB. "Não sou o candidato do PMDB, porque isso aqui nem disputada eleitoral. Sou candidato de um grupo de parlamentares de vários partidos, que estão me apoiando. O que tinha antes era um acordo no PMDB, que se eu fosse viável a competir o meu nome seria lançado, mas não tem problema algum ter outra pessoa do partido concorrendo. E segunda ou terça da outra semana faço minha inscrição", disse o ex-parlamentar.

O prefeito Kleber Eulálio afirmou que na próxima semana estará fazendo sua inscrição. "Eu não tenho nada a falar sobre outro candidato ou sobre meu partido, só estou afirmando que eu sou candidato a vaga de conselheiro do TCE e próxima semana ou após a semana santa vou me inscrever, só estou juntando minha documentação".

As inscrições para a vaga de conselheiro da corte de Contas começaram nesta sexta-feira (27) e vão até o dia 15 de abril. Poderão se candidatar à vaga aqueles que tiveram mais de 35 e menos de 65 anos de idade, reputação ilibada, saber jurídico, econômico, contábil, administrativo, de administração pública, dez anos de efetivo serviço público ou em atividade de relevância pública. Após o deferimento das inscrições o candidato passará por sabatina com os deputado, que escolherão através de voto secreto o futuro membro do Tribunal de Contas.

cidadeverde.com
A gente tem conteúdo

MPE manda aviso para Assembleia sobre vaga do TCE

29/03/15, 11:39

g+1 0 Tweetar 0 Curtir Compartilhar 0

O Ministério Público Estadual encaminhou, na última sexta-feira, um ofício para a Assembleia Legislativa do Estado alertando sobre o não cumprimento das recomendações feitas no ano passado, sobre o edital para escolha do novo Conselheiro do TCE.Na prática isso é um sinal que o MPE prepara uma ação judicial caso suas recomendações não sejam observadas pelo Legislativo.

Pelo teor do ofício o MPE faz um alerta à Alepi. O Legislativo até agora não deu atenção a recomendação conjunta feita pelo Ministério Público Estadual e peo Ministério Público de Contas. Dois pontos levaram o promotor Fernando Santos a fazer o ofício encaminhados pela Procuradoria Geral de Justiça ao Legisaltivo. Como já havíamos mostrado aqui existe uma divergência, **MP e Alepi divergem sobre prazo de inscrição para vaga do TCE.** A Alepi não acatou a recomendação do MPE, nos seguintes pontos:

O primeiro ponto: o prazo de 30 dias para inscrição, (No edital lançado pela Assembleia o prazo foi de 20 dias); o segundo, a exigência de documentação comprobatória da idoneidade moral, reputação ilibada, notório saber jurídico, contábil e econômico e dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija aqueles conhecimentos.

O ofício foi encaminhado à Alepi, reiterando a recomendação e alertando quanto à possível ocorrência de nulidade no processo de escolha. O Ministério Público se prepara para levar à Justiça, a escolha se suas recomendações não forem observadas. Basta esperar e saber o que o presidente a Assembleia Themistocles Filho fará. No primeiro momento ele declarou que quem se sentir prejudicado no processo pode recorrer a Justiça.

POLÍTICA

DINÂMICA

BASTIDORES DO PODER

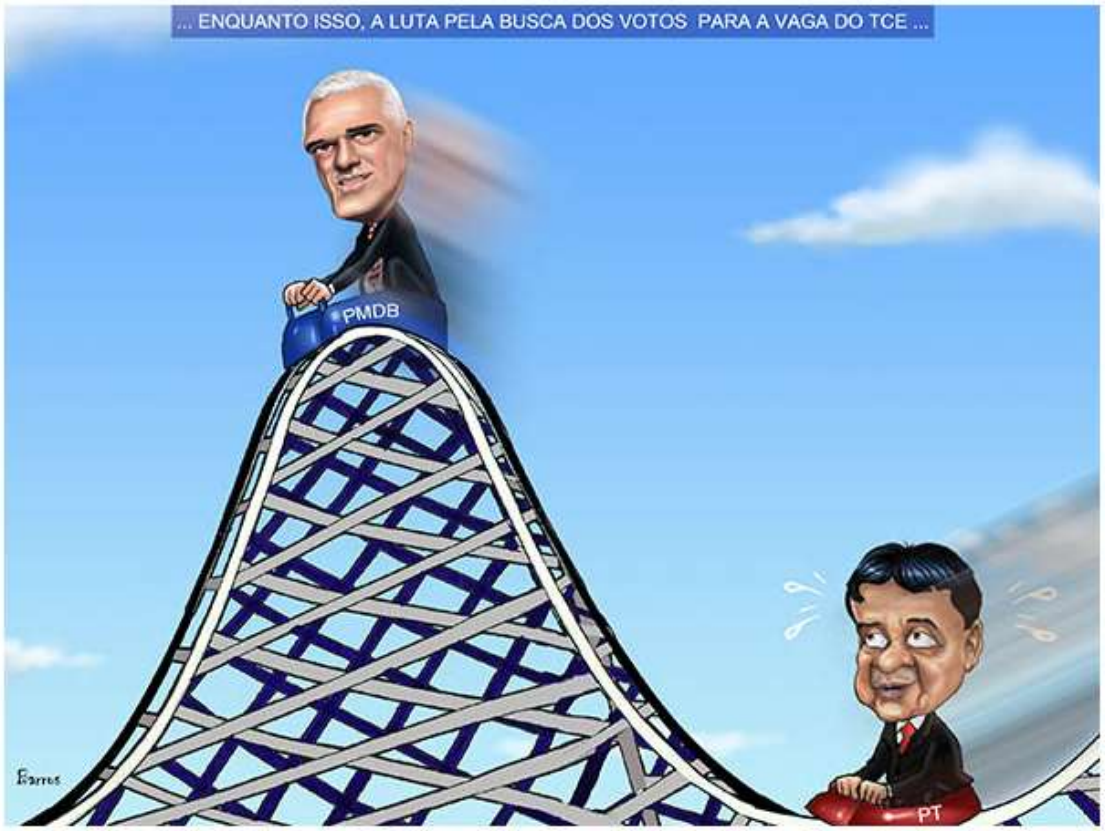
ELEIÇÃO DO TCE

ELEIÇÃO DO TCE

ELEIÇÃO DO TCE

30/03/2015 09:50

+1 0 Tweet 0 Curtir Compartilhar 0 A+ A-



João de Deus retorna à Assembleia e pode assumir vaga de líder de Wellington

Partido do governador está divido entre o apoio ao auditor Jailson Campelo e o prefeito de Picos, Kleber Eulálio (PMDB)

Repórter: Lídia Brito
30/03/2015 08h49 - Atualizado em 30/03/2015 08h50

Facebook Twitter

O petista João de Deus deve retorna à Assembleia Legislativa do Estado está semana após a saída de Ziza Carvalho (PROS) da Casa, para assumir a direção da secretaria de Meio Ambiente. Sem apoio para concorrer à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), ele deverá assumir o posto de líder do governo de Wellington Dias (PT) no parlamento.

Foto: Thiago Amaral/O Olho

O partido do governador está divido entre o apoio ao auditor Jailson Campelo e o prefeito de Picos, Kleber Eulálio (PMDB). João de Deus não conseguiu apoio dentro do próprio partido para disputa à vaga e conseguir negociar o voto dos deputados de outras legendas como o próprio PMDB.

Diante deste cenário, o petista deverá assumir a vaga de líder do governo de Wellington Dias. O posto está vago desde que o deputado Fábio Novo renunciou à vaga. Fábio acusou alguns parlamentares da base de votarem contra o governo prejudicando os interesses do Palácio de Karnak.

Em entrevista ao O Olho, João de Deus não confirma a liderança, mas afirma que está à disposição do governador. "Não conversei ainda com o governador Wellington Dias (PT) sobre isso. Mas se for do interesse do meu partido estaremos à disposição", destacou.

30/03/2015 - 07h35

Decisão

Conselheiro do TCE suspende concurso público da prefeitura de Caridade do Piauí

A decisão do conselheiro foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE desta segunda-feira (30).

GIL SOBREIRA, DO GP1

O conselheiro Jaylson Fabianh Lopes Campelo, do Tribunal de Contas do Estado, determinou a suspensão imediata do concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí "até que a Corte firme posição sobre as supostas irregularidades, de todos os atos referentes à execução do contrato firmado com a empresa César Emani Ibiapina Rufino – ME e, por via de consequência, da continuidade das etapas do concurso público que, embora já realizadas as provas, ainda não ocorreu à homologação do resultado final".

Imagem: Divulgação

Conselheiro Substituto Jaylson Campelo

A suspensão do concurso ocorre após denúncia feita pelo advogado Franklin Wilker de Carvalho e Silva acerca de supostas irregularidades praticadas pelo atual Prefeito de Caridade do Piauí, José Lopes Filho, relativas ao certame Carta Convite nº 003/2014, que culminou na contratação da empresa Cesar Emani Ibiapina Rufino – ME, tendo como objeto contratual a realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos do município. A Ouvidoria do TCE informou ao conselheiro, através de memorando, que a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Caridade não atendeu aos requisitos legais na modalidade Convite, "gerando riscos da homologação de tal certame realizado, que poderá ensejar grave lesão à probidade de atos da administração pública, devido falhas nas etapas anteriores ao seu provimento, bem como a garantia dos participantes do referido certame".

A decisão do conselheiro foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE desta segunda-feira (30).